

INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO NO BRASIL, CONHECIMENTO E ATUAÇÃO DA GEOGRAFIA*

Pedro P. Geiger **

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda o pensamento e a atuação da Geografia no Brasil nos últimos 50 anos. Este período corresponde aproximadamente, ao tempo de presença do autor neste campo: matriculou-se no Curso de Geografia e História da antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil em 1940; ingressou na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE em 1942, onde atuou como geógrafo até 1984, quando se aposentou naquela instituição; e continua no exercício da profissão. Deste modo, episódios marcantes de fases por que passou a Geografia no Brasil e no mundo foram intensamente vivenciados ao longo de mais de 40 anos.

A escolha de estudar este período não se deve porém a intenções biográficas. Na década de 30, a industrialização por substituição de importações ficou claramente configurada, dirigida pela ascen-

são de nova formação social e que se expressava na expansão urbana. Uma série de modernizações são promovidas no quadro institucional, entre as quais a reforma Capanema do ensino, a criação das Faculdades de Filosofia e a criação do sistema estatístico-geográfico-cartográfico do IBGE, tornando o trabalho geográfico uma atividade sistemática e institucionalizado. Nesta mesma década, surgiu a Associação dos Geógrafos Brasileiros — AGB, que iria substituir o Instituto Histórico e Geográfico e a Sociedade de Geografia como entidade representativa dos modernos geógrafos. O estudo cobre, pois, um período de expansão das forças sociais e materiais do país, pontilhado de crises, para chegar a ser, o que já é tão repetido, a oitava economia capitalista, mas que enfrenta nos dias atuais a mais longa e profunda destas crises, em termos econômicos, sociais e políticos. Por outro lado, se a modernização da Geografia, nas décadas de 30 e 40, se faz com quase total dependência de mestres estrangeiros, ao longo destes 50 anos a Geografia brasileira atingiu tal nível que diversos dos seus profissionais são convidados a le-

* Dedicado à memória de Francis Ruellan e Fábio Macedo Soares Guimarães.

** Coordenador-Geral de Planejamento da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento — SEAA.

R. bras. geogr. Rio de Janeiro, 50, n. especial, t. 2 : 59-84, 1988

cionar em importantes universidades dos países-centro e publicar trabalhos no exterior.

Existe, portanto, uma situação coincidente entre o período histórico considerado e a minha vida profissional. Por isso mesmo, embora incorpore longa experiência existencial, teve-se o cuidado de impedir que este trabalho se tornasse simples coleção de testemunhos ou depoimentos. Como diz Emília Viotti da Costa em recente entrevista (Viotti da Costa, 1988), se é necessário "recuperar a subjetividade dos personagens históricos", por outro lado, não se podem negligenciar "as práticas não discursivas" nem abandonar os "níveis estruturais". Senão, "a história cede lugar à memória". Do mesmo modo, entendemos que refletir sobre o passado tem o propósito de ampliar o conhecimento e a capacidade de racionalizar para o presente. "Sem uma compreensão mais abrangente dos processos históricos é fácil perder a capacidade de nos situarmos na história do presente e, conseqüentemente, de definirmos projetos viáveis... as abordagens que se apresentam hoje como alternativas antagônicas são muito mais eficazes quando se fundem num enfoque dialético, que permite ver no episódio o ponto de encontro de várias determinações.

Está implícito que o passado mais remoto, não só da Geografia, mas das práticas sociais em geral, se encontra integrado no período em questão, e, desde que necessário, fatos antecedentes serão especificamente citados para a melhor compreensão do processo.

Uma abordagem histórica do desenvolvimento da Geografia no Brasil deve contemplar aspectos macro e micro, integrados numa estrutura única. Os aspectos macro referem-se:

— ao processo histórico geral do país e do mundo e às ideologias a ele vinculadas; e

— ao movimento específico das idéias geográficas no mundo e à forma pela qual são absorvidas no país as idéias provenientes do exterior.

Quanto aos aspectos micro, referem-se:

— ao perfil sociológico e intelectual dos sujeitos pensantes da Geografia.

A partir das interações dos três aspectos apontados, desenvolve-se o pensa-

mento e a ação do campo da Geografia no Brasil (Geiger, 1981).

Neste artigo, dada a limitação de espaço e o caráter da Revista, o estudo se concentrará nos aspectos macro do desenvolvimento da Geografia no Brasil, minimizando-se apreciações sobre geógrafos vivos, o que me reservo realizar no futuro, em forma de livro. A primeira parte abordará a implantação da atual estrutura institucional da Geografia; a segunda tratará das principais correntes de pensamento geográfico e de sua atuação através das instituições. Finalmente, serão apresentadas perspectivas para o futuro.

O SISTEMA INSTITUCIONAL

Os anos 30 revelam diversas formas da ascensão do Estado como instrumento de intervenção na vida social. Representam, também, uma fase na qual as grandes ideologias se traduzem de forma explícita em ideologias de Estado, se popularizam e se enfrentam a nível universal. Na URSS, desenvolve-se, isolado, o primeiro Estado socialista, na forma hoje designada, de modo mais simplificado como stalinismo. Nos Estados Unidos, o *New Deal* de Roosevelt abre o caminho para o Estado assistencial e previdenciário no seio do capitalismo keynesiano. Na Europa, ao fascismo nacional italiano segue-se a implantação nazista, nacional, mas com um projeto universal.

No Brasil, as três posturas ideológico-políticas permeiam o processo nacional de desenvolvimento das forças da urbanização e industrialização que, interagindo com setores agrários, levam ao fortalecimento da centralização do poder e a ascensão do Estado a nível federal. Este Estado será incumbido de comandar o desenvolvimento; em meados dos anos 30, o Estado brasileiro toma forma autoritária, ditadura Vargas, apóia-se no chamado populismo, instalando o Estado Novo.

É neste período que o Governo Federal promove uma série de modernizações no país, entre as quais a implantação de novas instituições ocupadas com a Geografia e o suporte à formação de um sis-

tema de atividades geográficas. Como em outras partes do mundo, desde o século anterior, já existiam no Brasil Institutos Histórico-Geográficos, Sociedade de Geografia, cujos membros, em sua maioria, se ocupavam em outras atividades, como diplomatas, militares, altos funcionários, engenheiros, advogados, jornalistas. Também já se estabeleciam atividades regulares na estatística. O Estado iria necessitar, porém, de entidades modernas que operassem de forma mais ampla e rotineira atividades estatísticas, geográficas e cartográficas. Mesmo que algumas instituições tenham se originado de sugestões externas, o consentimento refletiu uma compreensão quanto ao papel que a Geografia poderia desempenhar naqueles tempos: o ensino de uma moderna Geografia como instrumento ideológico para o aprofundamento de uma consciência nacional; e a pesquisa geográfica como instrumento para a administração e controle de um vasto território em vias de integração econômica e espacial.

Cursos Universitários de Geografia

As modernizações ocorridas na área do ensino na década de 30, como a instalação das Faculdades de Filosofia e a reforma Capanema se fizeram por influência de educadores inspirados na Escola Nova de Dewey. No entanto, a tradição francesa, da universidade composta de faculdades autônomas, se manteve até os meados dos anos 60, quando, durante o governo militar, foi introduzido o modelo americano de estrutura departamental.

A criação das Faculdades de Filosofia formalizou a profissão de professor. Até então, nas escolas secundárias, advogados ensinavam Geografia ou História, médicos ensinavam História Natural, engenheiros, Matemática etc. Ainda nos anos 50, muitos alunos destas faculdades eram professores secundários autodidatas, regularizando a sua situação. Outros autodidatas legitimaram o direito de lecionar através de cursos rápidos realizados nas férias e prestação de exame de suficiência. Entre os cursos que compunham as primeiras Faculdades de Filosofia, incluía-se o de Geografia e História.

Em 1934 foi implantado o Curso na Universidade de São Paulo — USP, e

em 1935, na Universidade do Distrito Federal, que, dois anos depois, é transformada em Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil. A junção de Geografia e História reproduzia o modelo francês tradicional que, por sua vez, refletia certa influência do pensamento de Ritter.

Como se sabe, Ritter, discípulo de Hegel, era um dialético idealista que, opondo-se à lógica formal kantiana, encara os fatos geográficos numa perspectiva de processo. Kant grupava os fenômenos empíricos, para estudá-los: a) pela sua natureza, o que daria margem a um exercício lógico e a uma ciência sistemática, e b) pela sua posição no tempo e no espaço, o que daria margem a discursos descritivos, fazendo da Geografia um inventário, e da História uma memória cronológica. A "chorografia", que caracterizava os livros didáticos de Veiga Cabral, dominantes antes da implantação dos Cursos de Geografia e História, representou justamente a banalização da postura do grande filósofo. Já Ritter, ao considerar o processo, pôde ser simultaneamente: o que torna a Geografia um estudo sistemático e o fundador da Geografia regional.

Embora representasse um passo à frente da "chorografia", a união da Geografia e História num único curso não livrou a primeira de posturas narrativas, ou descritivas, ou de colocar a Terra à frente do Homem, regra geral da linha vidalina. Assim, por exemplo, em Aroldo de Azevedo, o papel da História consiste na descrição, ao longo do tempo, do crescimento espacial das cidades, ou na classificação das mesmas segundo o ciclo econômico que presidiu a fundação (Azevedo, 1956). Tão pouco, a separação dos dois cursos, efetivada posteriormente, impediu a compreensão do que sejam determinações históricas para o espaço atual. Contudo, a reunião das duas matérias teve um sentido estratégico: o de dar maior força ao campo acadêmico das duas e permitir a permuta de pesquisadores. Realmente, era comum estudantes, que tinham manifestado inicialmente sua preferência por uma das matérias, serem atraídos posteriormente para a outra.

Para formar o corpo docente inicial das faculdades do Rio e São Paulo, houve o recurso a mestres estrangeiros. No en-

tanto, muitos dos professores nacionais, como não poderia deixar de ser, também eram autodidatas. No Rio de Janeiro, a nomeação de professores para a Universidade do Brasil, federal, teria a ver com a sua relação com o poder. Josué de Castro, médico dietista bem sucedido, ligado ao trabalhismo getulista, foi um deles. Mais tarde marcaria presença internacional, não pela acuidade científica, mas porque, tendo compreendido o significado social da prática científica, chamou a atenção para uma Geografia de problemas, tocando a questão da fome (Castro, 1946).

A função de preparar professores para o ensino secundário conduziu reprodução relativamente rápida das Faculdades de Filosofia através dos principais lugares-centrais do país, já que não eram obrigadas a apresentar todo o elenco de cursos possíveis e que o custo dos equipamentos podia ser minimizado. Muitas funcionavam à noite, em prédios que, durante o dia, serviam ao ensino secundário, mantidas pelo setor privado. Deste modo, os novos centros de Geografia ficavam longe de serem propriamente instituições acadêmicas, que produzem ou editam o saber. Serviram, porém, para a implantação de mais um setor para o corporativismo tradicional, acentuado na primeira fase do getulismo. Na Universidade de São Paulo, a Geografia teve o seu maior desenvolvimento universitário, organizando cedo a Pós-Graduação *stricto sensu* e a editoração de material científico. No Rio de Janeiro, Francis Ruellan, um professor francês retido pela ocupação da França, se tornou figura dominante na Geografia carioca; ele tentou, em vão, estabelecer o curso de doutoramento na Faculdade Nacional de Filosofia. Até os meados dos anos 70, a obtenção de título acadêmico em Geografia implicava numa estada no exterior, para a grande maioria. Somente após a instalação do regime tecnomilitar dos anos 60, seria estruturado um sistema nacional de pós-graduação e o nível do profissional passaria a ser aferido, formalmente, pelo título.

Criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE

Depois de ter contribuído para a expansão política e econômica de cada

país, o campo geográfico dos países do centro promoveu novas formas de organização e criou a União Geográfica Internacional — UGI. Um sinal da marcha do mundo para novas fases prenunciadas da globalização. A criação do Conselho Nacional de Geografia — CNG, em 1937, representou justamente, de um lado, a atuação da UGI no jogo hegemônico através da difusão de idéias, cultura, técnicas; anos antes, De Martonne, presidente da UGI, visitava o Brasil, e solicitara a nossa adesão à mesma. Formalmente, a fundação do CNG foi para servir de instrumento a esta adesão.

Torna-se, no entanto, necessário considerar as condicionantes internas. Já existia um Conselho Nacional de Estatística — CNE, instalado anos antes, ao qual o CNG seria juntado, para formar o IBGE. Havia, portanto, outras razões para a criação do novo órgão geográfico; o reconhecimento da necessidade de um setor geográfico moderno a ser justaposto às instituições tradicionais já existentes, Institutos Histórico-Geográficos, Sociedade de Geografia, e que vinham gozando de prestígio junto aos governos. Para este sentimento, contribuía a presença, já em cena, de alguns geógrafos modernos informados do que se passava no centro, autodidatas, como o multidisciplinar Delgado de Carvalho, sociólogo e historiador, além de geógrafo, os irmãos Raja Gabaglia, atuando no Colégio Pedro II, José Veríssimo da Costa Pereira, no Colégio Universitário, Afonso Várzea, no Instituto de Educação etc. Interessava dispor de um moderno setor de Geografia que, num país de dimensões continentais, exercesse, para o interior do vasto território, papel semelhante ao que a Geografia fizera para a expansão internacional dos países de centro.

Tratava-se, pois, de mobilizar novas capacidades técnicas a serviço de um governo empenhado na centralização do poder, num país até então essencialmente agrário, extremamente segmentado num arquipélago econômico. Para fomentar a ideologia nacional, romper obstáculos à integração espacial, à centralização e a modernização seria necessário um discurso descritivo, a mensuração, o controle do território e, também, dividir para reinar, a divisão regional. Não é por acaso que os primeiros números da *Revista Brasileira de Geografia* iniciam duas séries de artigos: a de Pierre

Deffontaines (Deffontaines, 1939), descrevendo a dimensão continental do Brasil e dando o tom da nova Geografia acadêmica que estava sendo introduzida, a linha vidalina, onde a moldura do quadro natural comanda a organização das atividades humanas; e a de Moacyr F. Silva (Silva, 1939), focalizando a Geografia dos transportes, o instrumento da integração espacial.

Na medição, uma capacidade técnica requerida refere-se à estatística. Neste campo, o país acompanhara o desenvolvimento desta ciência desde seu início — veja-se a figura extraordinária de Ferreira Soares (Soares, 1860) — realizara Censos. Agora, a nível nacional, se organiza um trabalho coordenado, sistematizado, reunindo diversas fontes, e de forma contínua, rotineira. Os Censos, a partir de 40, serão decenais, haverá *Anuários Estatísticos*. Entre os expoentes dos primeiros anos do CNE, Teixeira de Freitas, Carneiro Felipe, Mortara, este último mestre estrangeiro.

Outra medição, acompanhada de representação do espaço, ficaria a cargo da Cartografia e Geodésia do CNG, que se integrava com serviços congêneres do Exército, Marinha e Aeronáutica, para formar um sistema destinado a prover mapas cada vez mais precisos. Ao IBGE cabia, entre outras tarefas, completar a carta ao milionésimo.

Em 1943, realizei o primeiro trabalho de campo geográfico do IBGE, sem objetivos didáticos, acoplado ao levantamento cartográfico. Tratava-se de acompanhar, durante seis meses, a Expedição ao Jalapão, destinada a produzir folha de 1:1.000.000 na região dos gerais, onde se limitam os Estados da Bahia, Goiás, Maranhão e Piauí, e escrever um relatório. Naquela época, o automóvel ainda era desconhecido na região e muitos habitantes sequer concebiam o termo *Brazil*. Na peça *Galileu Galilei*, Brecht diz que a afirmação de que a "Terra se move" era perigosa porque, se o globo não é fixo, as instituições podiam também não sê-lo. De forma mais restrita, é claro, estabelecer novos limites em mapas modernos, cravar marcos geodésicos em fazendas, também continham significado revolucionário: fincados por um poder acima do poder local dominado pelos próprios fazendeiros, num espaço onde prevaleciam hábitos, práticas, mensurações tradicionais, os limites baliza-

dos por riachos, mas também por árvores, cercas, aqueles marcos carregavam a invasão de novos valores e, portanto, geravam atos de rebeldia dos proprietários.

É importante assinalar que os altos escalões do IBGE ou do governo não possuíam uma idéia precisa de todas as tarefas a serem pedidas à Geografia. Cobia muitas vezes aos geógrafos sugerir, como no caso acima, onde o envio de um geógrafo junto com os engenheiros da Cartografia foi proposto por Ruellan, que, além de professor da universidade, foi uma espécie de consultor do CNG. A vantagem, na época, era o acesso fácil à Presidência do IBGE e desta à Presidência da República.

Quanto à descrição, a Geografia Física ocupava a liderança no IBGE, quer pela influência pessoal de Ruellan, um geomorfólogo, quer pelo interesse no levantamento dos recursos naturais e das técnicas de sua exploração, quer por razões ideológicas, legitimadas pela linha vidalina (de Vidal de la Blache). Tratava-se de uma Geografia da produção, não dos mercados. Neste sentido, o CNG conseguiu comandar vasta articulação de atividades interdisciplinares, valendo-se do prestígio de órgão da Presidência da República. Entre outros nomes de participantes, Alberto Ribeiro Lamago, geólogo; Moacyr Pavajeau, pedólogo, que influiu na minha participação na elaboração de mapa pedológico do Estado do Rio de Janeiro, nos anos 50, o primeiro do país, no gênero; Henrique Pimenta Veloso, Segadas Vianna e Alceu Magnanini, fitogeógrafos; Junqueira Schmidt, meteorologista, José Setzer, pedólogo e climatologista etc.

Em regime autoritário, o governo central tende a assumir a representação das diversas escalas geográficas. Como se sabe, instalada a República, as antigas províncias do Império se tornaram estados, governados por presidentes eleitos. O Estado Novo, em 1937, derruba a autonomia estadual, nomeou interventores governadores, queimou em cerimônia pública, no estádio São Januário, as bandeiras estaduais, ao gosto da época. Além disto, o governo iria intervir posteriormente no recorte das unidades regionais político-administrativas, medida que vinha sendo defendida por Teixeira de Freitas, que propunha a redução da dimensão política e espacial dos estados

(Andrade, 1987). Em 1943, alguns estados foram desmembrados, dando origem a novos Territórios Federais, além do Acre, já existente. Alguns, como Iguazu e Ponta Porã, foram depois reabsorvidos por Mato Grosso e Paraná.

Outra expressão de o Estado assumir maior representação espacial foi a institucionalização das divisões regionais. Entre outros significados, representava a superposição, as unidades históricas de estados e municípios, de novos recortes do território, praticados pelo poder central, para atender as suas racionalizações. Terminada a fase autoritária do Estado Novo, o tema regional ocuparia lugar permanente nas atividades geográficas do IBGE, ligadas à questão do desenvolvimento regional. Sua participação institucional pode ser exemplificada na delimitação da Amazônia Legal, que seria beneficiada por incentivos fiscais da SPEVEA, depois SUDAM, trabalho coordenado por Lúcio de Castro Soares. No entanto, o pós-guerra seria marcado pela expansão da Geografia Humana Sistemática, depois Geografia Social.

Lembre-se que nas fases iniciais do IBGE, a alta cúpula dirigente era de políticos, ligados simultaneamente às organizações geográficas mais tradicionais, experientes nos jogos de poder, mas que necessitavam, para se manter, recorrer ao assessoramento de um corpo técnico moderno, do qual, um ou outro, conseguia se introduzir no corpo decisório superior. No entanto, é interessante notar que, mesmo tendo nascido na ditadura, a estrutura organizacional do IBGE previa amplas participações: considerado órgão *sui generis*, o IBGE foi fundado em cima de um convênio reunindo Governos Federal, Estadual e Municipal; CNG e CNE compreendiam corpos deliberativos, os diretórios centrais, formados com representantes de Ministérios; havia diretórios regionais, para os estados; e assembleias regulares que propunham e votavam resoluções. A grande massa envolvida na condução do CNG não era de geógrafos.

É neste contexto que a cúpula do IBGE torna, no seu início, um centro de debates sobre os temas gerais da gestão do território, com verdadeira participação interdisciplinar. As tertúlias regulares recebiam pessoas que hoje seriam designadas de cientistas políticos, inclusive altas figuras da República, como o Ministro João Alberto, ou o Coronel Ly-

sias Rodrigues, tratando de assuntos que se classificariam de geopolítica ou planejamento. Nas primeiras fases da Segunda Guerra Mundial não faltaram as influências dos que estavam animados com os sucessos das forças do Eixo.

Se o novo instituto geográfico utilizou conhecimento mais avançado para representar o território e levantar problemas de gestão, contudo, contando com geógrafos da linha vidalina, não seria capaz de teorizar, nem sobre os processos econômico-sociais, tão dinâmicos nos meados do século, nem sobre as relações mais profundas destes com o espaço geográfico. Conseqüentemente, não se encontravam em condições de abstrair diretrizes normativas, de caráter econômico, para governos desenvolvimentistas, como o segundo de Vargas e o de Juscelino Kubitschek. Em outras palavras, numa fase crítica da transição de sociedade agrária para país industrializado, o discurso descritivo, empírico, generalista, tornava-se insuficiente, em si só, para orientar os governantes e cresciam as necessidades de especializações, em todos os campos.

Além disso, com o pós-guerra e queda do regime autoritário, o significado político-ideológico de decisões de governo passou a ser mais debatido. Ora, à maioria dos geógrafos faltava uma tradição de preocupação com este tipo de questão, mais presente entre sociólogos e economistas. Estes traziam desde os bancos universitários a prática de focalizar as relações entre correntes científicas, ideologias e decisões políticas. Imbuídos da postura naturalista da Geografia, defendiam uma posição neutra, revelando o caráter positivista da linha vidalina. A crítica, regra geral, se resumiria às técnicas empregadas na exploração dos recursos, as queimadas, ao plantio pelo maior declive. Como foi dito antes, a Geografia se encarava como destinada a dar informações para o suporte técnico da produção, não para se preocupar com o mercado, atender à administração, não propor posições. Surge, então, novo marco institucional, a Fundação Getúlio Vargas — FGV e se acelera a ascensão dos economistas como os assessores do poder. A posição privilegiada do IBGE junto à Presidência da República seria perdida, ao ser transferido para o Ministério do Interior. A grande retomada da Geografia ocorrerá no Governo Geisel.

Graças a esforços de uma corrente crítica, não vidalina, que valorizava a Economia Política e a História como estudos de determinações, incluídas as lutas dos homens, foi possível, em aliança com setores mais avançados da outra corrente, fazer a Geografia do IBGE se adaptar às novas situações, incrementando os trabalhos em Geografia Humana, estendendo os estudos de urbanização e industrialização e conduzindo a ciência para uma posição de Ciência Social. Para tanto, valiam-se também do fato de que o progresso da ciência exigia especializações crescentes no campo das disciplinas da Geografia Física; tornava-se difícil, para uma instituição como o IBGE, manter a liderança na pesquisa destas matérias que passaram a encontrar maior espaço em universidades e institutos específicos.

Como foi dito, até os anos 50, o IBGE detinha a iniciativa de articulador interdisciplinar de setores da Ciência da Natureza. Depois, os geógrafos do IBGE passam a participar em igualdade com arquitetos e sociólogos, num novo relacionamento, quando a urbanização passa a ser um tema muito focalizado. Mais uma vez, em relação aos centros universitários, os geógrafos do IBGE tomam a frente, na identificação da Geografia como Ciência Social e na necessidade da atuação interdisciplinar. Contudo, o IBGE perdera a posição de órgão da Presidência da República, tendo sido deslocado para o Ministério do Interior.

Com o novo regime autoritário tecnocrático de 64, os economistas assumem de vez o domínio do sistema de planejamento e, mais uma vez, geógrafos do IBGE são pioneiros em estabelecer-se num campo interdisciplinar mais vasto. Só que agora são liderados.

Entre os diversos significados contidos na fundação de Brasília, um deles diz respeito à necessidade da maior difusão de enclaves modernos para a expansão capitalista. E uma das características do segundo ciclo da expansão do capitalismo industrial no Brasil, iniciado em 1967, após a crise de 64, será a procura dos caminhos da difusão do sistema através do país, a constituição de mais enclaves de modernização e a implantação de novas formas tecnológicas na integração do território. É o ciclo da implantação de sistemas: elétricos, de telecomunicações, de planejamento. Então, através da Re-

forma Administrativa, o IBGE é colocado no Ministério de Planejamento e é chamado a novas formas de assessoramento da máquina governamental. No seio de uma economia cada vez mais complexa, são exigidas informações estatísticas e locacionais, em maior número, e mais rápido. O órgão intensifica a produção de dados, inclusive por técnicas de amostragem, bem como de sistemas de unidades de observação.

Neste processo, orientado por economistas, as cúpulas dirigentes do IBGE passam a ser formadas por técnicos e o órgão foi sendo reestruturado para acomodar outros setores que não apenas os de estatísticos, cartógrafos e geógrafos. Torna-se um órgão interdisciplinar, com economistas, sociólogos, antropólogos, demógrafos e, naturalmente, analistas de sistemas.

Mais uma vez, o regime autoritário assume a representação dos níveis geográficos intermediários e, mais uma vez, os estudos da regionalização ganham relevância como instrumentos para a informação, decisão e controle. No entanto, como em outros setores do IBGE, e como em outras áreas do sistema de planejamento, no Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais Aplicadas — IPEA, por exemplo, a atitude de setores geográficos do IBGE não foi passiva. Uma grande divisão interna se manifestou no interior da máquina do planejamento, ao se ir formando, através de alianças, um bloco que, através de estudos e de proposições, levantava questões como a da distribuição da renda, da pobreza, do desenvolvimento social, do meio ambiente, da participação das comunidades e da ascensão do poder local e estadual etc. É interessante observar que esta posição, entre os economistas do IPEA se desenvolvia a par com o crescimento da chamada economia espacial. Começava, no entanto, outro desafio para os geógrafos do IBGE.

Desde o início de sua fundação, o IBGE tomou o lugar do grande centro acadêmico, de pesquisa e de editoração, valendo-se das relações com os grandes centros internacionais, razão da origem do CNG, e dos recursos federais. A *Revista Brasileira de Geografia*, iniciada em 1939, ainda hoje lidera as publicações nacionais do gênero. Deste modo, o IBGE substituiu a falta de maior atividade científica das Faculdades de Filosofia.

Ele enviava funcionários para se aperfeiçoarem no exterior e desenvolvia também atividades didáticas, reciclando professores universitários nos Cursos para Professores, criando uma Escola de Estatística, promovendo cursos de Cartografia. O IBGE promovia a vinda de geógrafos notórios do exterior, como Waibel, George, sendo que em 1956 sustentou a realização do Congresso Internacional de Geografia da UGI no Rio de Janeiro. No mundo inteiro, era considerado como algo de extraordinário, avançado no tempo, um Instituto de pesquisas e de formulação de estratégias espaciais e ecológicas.

Até os anos 70, o IBGE foi o principal centro de adoção e difusão de todas as novas idéias e métodos surgidos na Geografia mundial. Foi a porta de entrada de corrente da Geografia Sistemática, como a de Waibel, ou George; da Geomorfologia Bioclimática, de Tricart, da Geografia Quantitativa. Compensava, deste modo, a perda da posição relativa que tivera junto ao poder.

No entanto, entre as diretrizes do governo militar, constava a de ampliar o papel da universidade como centro de pesquisas e de pós-graduação. No campo geográfico, surgiram vários destes centros, que passaram a promover maior produção e editoração de estudos e intensificar relações diretas com o exterior. Paralelamente, atendendo a outra diretriz, a de minimizar superposições, a Geografia do IBGE reduzia sua posição relativa de centro do sistema de atividades acadêmicas.

A atividade científica compreende o *problem solving*, resolver problemas, ou o *problem lightening*, iluminar problemas. Orientada para esta segunda função, a Geografia do IBGE produziu, entre os seus trabalhos dos anos 70 e 80, alguns de mais alto nível acadêmico, e de postura crítica, além de diversos deles assumirem cunho didático, como a *Geografia do Brasil* (IBGE, 1977) e vários *Atlas*.

Contudo, como outros órgãos de pesquisa do sistema de planejamento, não deixou de ser atingido pelas crises instaladas no país desde os fins da última década, e que afetaram o planejamento de médio e longo prazos. As mudanças na posição internacional do Brasil, a necessidade de reestruturações internas

representam a elaboração de nova fase de intensa transição. Nela, a sociedade brasileira se apresenta com formação social mais complexa, onde se valorizam a gestão do nível local e estadual, novas formas do associativismo, a questão ambiental, a velha questão da distribuição de renda, a estrutura do comércio internacional e outras. Estes aspectos renovam a importância da contribuição geográfica, através do enfoque do papel do espaço e obrigam a adaptações do núcleo geográfico, não fáceis de precisar.

Comissão Nacional da UGI

Ao se filiar a União Geográfica Internacional — UGI, o CNG criou a Comissão Nacional do Brasil, para atender o modelo organizacional daquela entidade. Sendo a UGI organização não governamental, e considerando que a contribuição anual financeira é feita através do Itamarati, a Comissão Nacional acabou por se desvincular da tutela do IBGE, tornando-se sociedade civil, regida por estatutos próprios, e onde o IBGE é considerado membro nato. A adesão é aberta para instituições, dela fazendo parte, também, geógrafos com posição efetiva na UGI.

Além de ter promovido dois eventos internacionais no Brasil, o Congresso Internacional de 1956 e o Regional, de 1982, quando realizou grande trabalho editorial, inclusive de autores brasileiros e sobre o Brasil, a Comissão Nacional articulava a participação de geógrafos brasileiros nas comissões e grupos de trabalho, de caráter acadêmico, da UGI. Em certas ocasiões forneceu pequenas ajudas financeiras para a participação de brasileiros em congressos internacionais, e providenciava a divulgação, nestes, de trabalhos de brasileiros.

Seção Nacional do Instituto Pan-Americano de Geografia e História — IPGH

O IPGH foi criado no âmbito da Organização dos Estados Americanos — OEA, sendo, portanto, órgão governamental, onde os países são representados por Seções Nacionais nomeadas pelos respectivos governos. As atividades técnicas

do IPGH são exercidas pelas suas comissões, de Geografia, História, Cartografia e Geociências, cujos presidentes são eleitos quadrienalmente nas Assembléias-Gerais, pelos votos dos países. Desde os anos 70, a nomeação dos membros da Seção Nacional do Brasil, para Geografia e Cartografia, se faz por indicação do IBGE.

No início do IPGH aparecem na direção as mesmas personalidades que atuavam tanto nas instituições tradicionais, como no IBGE, por exemplo, o primeiro presidente deste, o Embaixador Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores, foi também presidente do IPGH. No caso do Brasil, aos poucos, as atividades técnicas foram sendo ocupadas pelos geógrafos e cartógrafos profissionais, que depois também assumiram o controle da Seção Nacional.

Os campos da Cartografia e da Geofísica comportam formas institucionais específicas de cooperação internacional, como, por exemplo, interligar levantamentos geodésicos. Torna-se mais fácil identificar trabalhos coordenados entre países. No caso da Geografia, nem todos os países dispõem de órgão semelhante ao IBGE, além do que o ritmo de desenvolvimento de uma Geografia profissional variou muito de país para país. Conseqüentemente, Geografia e História tenderam para atividades de cunho acadêmico, como regra geral, envolvendo mais as pessoas do que as instituições.

Em Geografia, a maior ou menor atuação do Instituto tem sido medida pela publicação de material científico, regularidade da *Revista Geográfica*, atividades didáticas de treinamento de geógrafos e publicação de material escolar e por mapeamentos de recursos naturais, como os realizados em pequenos países da América Central com o suporte de universidade americana.

A Associação dos Geógrafos Brasileiros — AGB

Os mesmos visitantes franceses que influíram na adesão do Brasil à UGI, principalmente Pierre Deffontaines, influíram na criação da AGB, em São Paulo, em 1934. Repetia-se o que ocorrera na Europa, onde, após a criação dos cursos universitários de Geografia, surgiam no-

vas sociedades, de profissionais, independentes das organizações preexistentes.

Estendendo-se junto com as Faculdades de Filosofia, em pouco tempo a AGB assume dimensão nacional. Entidade cultural, seria ponto de encontro dos geógrafos modernos, palco de debate de idéias, divulgação de trabalhos, confronto de correntes e dos valores políticos que traziam consigo.

O ponto alto dos eventos era a Assembléia-Geral anual (atualmente é bianual), cada vez em cidade diferente. De dezenas de participantes, no início, passou aos milhares, nos anos 70 e 80. Aspecto original destas assembléias, quando eram menos gigantescas, era a realização de trabalhos de campo durante as mesmas, na cidade e região em que ocorriam, com todos os participantes, forma de treinamento, ampliação de conhecimentos e comunicação com as comunidades. Na apresentação dos resultados destes trabalhos, que era feita durante a Assembléia, a comunidade local era convidada a comparecer, sementes de um planejamento participativo.

Teses, comunicações, trabalhos de campo da Assembléia eram publicados nos Anais. Outra importante expressão editorial era a publicação de revistas e boletins por diversas seções regionais.

O regime militar de 64 acabou provocando novas e intensas formas de politização na AGB, que extravasaram nas fases da abertura. Como ocorreu em outras instituições científicas, à medida que a vida partidária não era livre no país, elas foram utilizadas como espaço para o manifesto político explícito. Organizou-se uma grande batalha contra o IBGE, procurando se identificar a introdução dos métodos quantitativos e a utilização maciça, dos mesmos, com posturas autoritárias do regime.

Aliaram-se, por motivações diferentes, antigos geógrafos vidalinos, que nunca perdoaram um instituto federal, fosse de governos mais autoritários ou menos autoritários, não formalmente acadêmico, que invadia periodicamente os *pays*, com inovações; e geógrafos de esquerda, inclusive alguns do próprio IBGE, cujo número se expandia, contraditoriamente, pela política do governo militar, ao promover este o crescimento da universidade.

É justo reconhecer que ambos os setores realmente se opunham ao regime autoritário, de cujo sistema de planejamento o IBGE fazia parte. No entanto, cometeram enormes erros.

Primeiro, porque confundiu-se, de modo simplista, o conteúdo ideológico da epistemologia que se encontra por trás dos métodos quantitativos, com o comportamento de todos que os utilizavam. Deste modo, nem tomavam conhecimento das divergências internas aos sistema do planejamento, manifestadas em posições do IPEA, de departamentos do IBGE, além do da Geografia, e outros, quanto à diferença entre crescimento e desenvolvimento, quanto à importância do social frente ao econômico (no seu sentido estreito), quanto à distribuição da renda etc. Sendo assim, tão pouco procuraram, junto com pelo menos setores do IBGE, reavaliar a teoria do Estado, sua aplicação ao caso brasileiro, e como conduzir esforços pela adaptação e preservação do espaço geográfico conquistado com a criação do IBGE, uma instituição em constante reestruturação nos anos 70/80.

Segundo, não se focalizava o fato de que, negando a quantitativa, nem por isso ela deixaria de ser integrada em nova síntese, e que havia todo um campo de temas referentes a éticas, quanto ao acesso e utilização de computadores de propriedade pública.

Finalmente, consciente ou não, não se questionou o fato de que, enquanto a Universidade crescia, o quadro de geógrafos do IBGE praticamente estagnara e perdera posição hierárquica no organograma institucional. No entanto, a mesma fonte de recursos que sustentava o IBGE promovia a expansão das universidades, sendo que as estaduais, à exceção da UERJ e USP, tinham sido federalizadas, por insistentes pedidos das mesmas. Cada vez mais crescia a participação das universidades em pesquisas de interesse do Governo Federal, inclusive como forma de ampliar o seu número de pesquisadores ou suplementar salários.

Diante destes fatos, e lembrando a frase de Lefèvre, "que o importante é analisar as 'ilusões' de classe, de origem mais profunda e longínqua que a dos erros intelectuais ou individuais, e que passam acima das cabeças, ainda que emergem e aterrissem a nível das cabeças", é de se perguntar se razões de

competição corporativista, inconscientes certamente, não se encontravam embutidas na verdadeira guerra movida durante algum tempo na arena da AGB. Não seia este o motivo de se querer distinguir como professores os da universidade, e como tecnocratas os geógrafos do IBGE? Como se não houvesse os que acumulam.

Entidade de massa, que admite estudantes e não geógrafos ou professores de Geografia, surgem recentemente novas formas de organização no campo geográfico, mais exclusivas, a exemplo do que ocorre em outras áreas, por exemplo a ANPEC na economia. É o caso das reuniões dos Departamentos de Geografia, que oferecem Cursos de Pós-Graduação. Enquanto isto, não soube a AGB criar infra-estrutura administrativa profissional, nem manter capacidade editorial compatível com a sua dimensão, à exceção da seção local de São Paulo. Ousa-se pouco criticar esta situação, mas as citações de trabalhos apresentados nas Assembléias, e são muitos de qualidade, diminuem cada vez mais.

Com a Nova República, abrindo-se a atividade partidária, arrefeceu a atividade política explícita em organizações de caráter científico, como no caso da SBPC. No entanto, a nosso ver a questão da AGB, hoje, não reside em manifestações políticas, mas que, em vez de ter direções comprometidas com postura pública apartidária, que democraticamente executasse resoluções surgidas e aprovadas a partir da Assembléia, estas direções, ultimamente, tornam públicas as suas posições partidárias, se envolvem na condução de determinadas resoluções, na boa tradição populista. Deste modo, perde o caráter de entidade científica engajada, para procurar parecer uma entidade política com atividades científicas.

CORRENTES DE PENSAMENTO E SUA ATUAÇÃO

Existem diferentes modos de abordar a produção do pensamento geográfico segundo correntes de pensamento. Paul Claval em *Essai Sur L'Evolution de La Geographie Humaine* (Claval, 1964) dis-

tingue, por períodos, uma Geografia Clássica, na qual são colocados tanto Camille Vallaux quanto Vidal de La Blache, e uma Geografia Prospectiva, que reúne tanto Pierre George quanto os quantitativos. Mais tarde, em *La Pensée Géographique* (Claval, 1972), o pensamento geográfico é analisado segundo diversas condicionantes para a formação das idéias, identificando influências técnicas, da difusão de redes de comunicação, condicionantes sociais etc.

Nas formas acima, valorizam-se as comunalidades entre as correntes, ou fatos, que não são as linhas filosóficas ou epistemológicas nas quais as diversas escolas se apóiam.

É certo que corpos filosóficos, como correntes de pensamento a elas filiadas, se reconstróem permanentemente; que nestas reconstruções umas tomam emprestado das outras uma série de idéias; que de um leito principal surgem correntes variantes; que num dado momento a negação pode fazer todo um novo corpo filosófico, sem que os anteriores se extingam obrigatoriamente. Muitas vezes, torna-se um problema saber identificar qual o caráter principal de uma dada escola, que principais elementos filosóficos, ideológicos e políticos transmite.

No entanto, é justamente no confronto das escolas, a cada momento, que se dá o movimento do conhecimento e se realiza parte importante de sua prática social. Para acompanhar, portanto, estes aspectos do movimento geográfico, suas continuidades e descontinuidades, torna-se necessário examinar cada corrente por si, nas suas transformações ao longo do tempo.

Assim, diversas escolas novas do pensamento geográfico são reconstruções sobre linhas filosóficas há muito conhecidas, mesmo no Brasil. Por exemplo, o mesmo Henry Lefèvre do *La Revolution Urbaine*, ou do *La Production de L'Espace* (Lefèvre, 1970 e 1972), já nos anos 40 inspirava o autor deste artigo, através de outra obra clássica, *Logique Formelle, Logique Dialectique* (Lefèvre, 1947). O que ocorre é que em determinados momentos ou instituições, uma linha filosófica, ou corrente, pode exercer um papel hegemônico. A história do pensamento geográfico consiste em expor o desenvolvimento das idéias e sua luta para exercer um poder.

Domínio da Escola Vidalina, ou Possibilista no Brasil

Dos anos 30 aos anos 50, o domínio da Escola de Vidal de La Blache, no Brasil, foi total.

O fato de que Ritter e principalmente seus discípulos acabaram por se deslocar para a História deixou o campo aberto para o crescimento da influência de Humboldt e da linha darwiniana em geral. Esta linha também valoriza o princípio de processo, mas estava voltada para a ciência da natureza. Além disto, enquanto Ritter era religioso, um idealista dialético e, conseqüentemente, finalista, Darwin foi um materialista mecanicista, portanto não finalista, interessado no desenho de leis que expressassem as causalidades nos processos. Seguindo a linha de Darwin, Humboldt desenvolve o método comparativo e abre enorme avenida para a Geografia Física. No bojo da ascensão do cientificismo e do positivismo, a partir de 1870 aproximadamente a Geografia Física passa a dominar nas universidades dos países do centro, a Geomorfologia particularmente, sobressaindo as figuras de Penck e Davis.

A chamada Escola Francesa foi impregnada por esta influência naturalista, e, ao trazê-la para dentro da Geografia Humana, vestiu toda a Geografia com este caráter. Ratzel, usando o método dedutivo, nomoteico, fizera o mesmo, procurando leis de caráter naturalista nas relações homem/natureza. A Escola Francesa do fim do século passado, onde pontificou Vidal de La Blache, atenuou, no entanto, o determinismo de Ratzel, mantendo algumas ligações com o pensamento de Ritter e introduzindo o conceito de "possibilismo", expressão criada por Lucien Lefèvre.

Os criadores do possibilismo não eram, porém, propriamente dialéticos. A ligação com Ritter consistiu em manter os Cursos de Geografia e História unidos; manter unidas uma Geografia Física e uma Geografia Humana e contar a história de regiões e lugares. Não conseguiram substituir a visão naturalista no estudo das relações da sociedade com o ambiente físico, por uma concepção histórica, onde as relações entre os homens e a natureza se fazem através de estruturas sociais estabelecidas. Para se opor ao determinismo de Ratzel, não se vale-

ram do significado de determinações históricas, e regrediram em certo sentido: ignoraram o método dedutivo na Geografia Humana e assumiram posição puramente ideográfica em relação a lugares e regiões. Porém, na verdade, ao não assumir a Geografia como Ciência Social, ao identificá-la como espécie de ponte, localizada entre o natural e o social (como se existisse outra além das 1.^a e 2.^a naturezas), o possibilismo apenas escondia o caráter naturalista e, portanto, determinista.

O homem é visto fundamentalmente como parte de uma organização ecológica. Os princípios darwinistas de organização e associação se encontram por trás da concepção regional vidalina, do *pays*. O homem escolhe, mas entre as possibilidades que o meio oferece. Não é pois da história e na história que se fazem as opções, mas do meio natural, determinações geográficas ao invés das históricas. Ora, a história é um processo único, mas o meio natural é um conjunto de quadros diferenciados. Sendo assim, regiões que partem de quadros naturais definidos serão encaradas como unidades permanentes; e como a organização humana em cada região representou a escolha de uma, entre as múltiplas possibilidades que eram possíveis, cada região é única. As regiões evoluem ao longo do tempo, mas tratar-se-ia de um processo endógeno, como se fosse ecológico.

Na verdade, no fim da vida, ao trabalhar no *La France de L'Est*, publicado em 1917, Vidal reconheceu o papel das grandes cidades como elemento interveniente nas pequenas regiões, dependentes, capazes de reorganizar o espaço geográfico (Holt-Jensen, 1980). A última mensagem do grande geógrafo não foi, porém, assimilada por liderados.

O possibilismo expressa o apego ideológico ao mundo agrário. Conseqüentemente, seu objeto não é a espacialização da sociedade como expressão do processo social, mas a valorização de espaços diferenciados na superfície terrestre. Considerando o homem como um elemento a mais da paisagem, só utiliza o termo população, jamais sociedade (Moraes, 1983). Quando se trata de estudos em escalas maiores que a de pequena região, a postura naturalista se manifesta do mesmo modo, a exemplo de *O Homem e o Brejo*, de Alberto R. Lamago (Lamago 1945), assim como em estudos de Geo-

grafia Cultural, Histórica e outras. Sendo o método exclusivamente indutivo, o trabalho de campo é a fonte do conhecimento, e esta foi a origem da grande contribuição da escola vidalina no Brasil; desenvolveu a mentalização detalhada do mapa do Brasil. Valorizando o estudo das técnicas empregadas na utilização dos recursos, precursora no emprego do método antropológico, difundiu a informação sobre diversos aspectos do modo de vida das populações, segundo lugares e regiões.

Até a Segunda Guerra Mundial, herdando a tradição portuguesa, o Brasil se ligava culturalmente ao domínio francês. Somente após o conflito é que o inglês vai se tornando a língua "franca" que hoje é. Portanto, para os anos 30, esta é uma explicação para a entrada e domínio da Escola Francesa de Geografia.

Contudo, há a considerar as razões da aceitação. Nos anos 30/40, ela serviria tanto ao estado autoritário como ao setor cultural liberal hegemônico, impregnado de tradições da sociedade agromercantil.

Para este setor, o mundo industrial e urbano que se espalhava, que trazia consigo as evidências nomoteicas, estava carregado de perigosas ideologias. De um lado, os determinismos grosseiros, que estavam sendo legitimados pelo fascismo. Estes determinismos punham em causa as populações das regiões tropicais e formadas por miscigenações. A postura vidalina permitia atacar estas posturas, o que não impediu alguma manifestação de preconceitos sociais, inclusive racistas, por parte de alguns de seus membros.

De outro lado, os movimentos socialistas e suas referências às determinações históricas, que, possivelmente, mais por ignorância do que por interesse, eram confundidas com o conceito de determinismo. Para estes, o discurso vidalino objetava com a neutralidade positivista, geminada ao seu caráter naturalista. Há a considerar, ainda, os significados simbólicos: a valorização das unidades regionais ideográficas correspondia a resistências partidas do mundo agromercantil à centralização praticada pelo Estado Novo, à transferência de recursos da agricultura para a industrialização. Filho de tradicional família de Lorena, Aroldo de Azevedo, que dominou o cenário da cidade de São Paulo, representou certamente a capital do café mais do que o

principal foco da industrialização nacional. Não foi por acaso que as teses de seus dois principais discípulos versaram sobre portos exportadores: Belém, de Antônio Rocha Penteadó, e Santos, de J. R. Araújo Filho. Os confrontos, em determinados momentos, com geógrafos do IBGE representavam, no fundo, o confronto regional/nacional.

Para o poder central autoritário, uma Geografia naturalista, neutra, também era desejável. A Geografia Física era importante para o conhecimento dos recursos, para as técnicas de equipar o país, além de sustentar a ideologia do cientificismo como modernização. Aliás, a valorização da ciência natural em relação à social em regime autoritário pôde ser percebida, também, na produção apresentada pela URSS, em 1956, durante o Congresso Internacional da UGI no Rio de Janeiro (Académie des Sciences de l'URSS, 1956). A Geografia Humana era alcunhada, por exemplo, de Geografia conversativa por Alyrio de Mattos, professor da Escola de Engenharia, eminente geodesta com altos cargos no IBGE. Não interessava uma Geografia que pudesse trazer preocupações ideológicas para um populismo dúbio quanto a posições conservadoras e progressistas. A Geografia Humana devia fornecer o máximo de informações descritivas, detalhadas, para o suporte da administração. Ainda durante o governo Kubitschek, os preconceitos culturais eram tão fortes que uma foto do parque proletário da Gávea, publicada na *Enciclopédia dos Municípios*, teve que ser legendada sem a expressão proletário, por ser considerada subversiva...

Por outro lado, para um nacionalismo em implantação nas latitudes tropicais, o discurso possibilista era conveniente. Portanto, no essencial, o setor acadêmico e o setor administrativo convergiam para a mesma posição.

Para a administração, a valorização do tema regional também ia ao encontro de sua estratégia. De um lado, a concepção vidalina excluía a relação dos problemas regionais com o processo econômico-social do país como um todo. Por outro lado, uma divisão regional hierarquizada, segundo unidades físicas, expressaria a divisão do território como instrumento do controle e da operacionalização de projetos econômicos pelo poder central.

Argumenta-se que a divisão regional dos anos 40 (Guimarães, 1941) fundou-se em unidades físicas por objetivar a comparação de séries estatísticas temporais. Esta teria sido a razão de mesmo as unidades menores, diferenciadas pela ocupação humana, terem sido designadas de zonas fisiográficas, para dar o sentido da maior estabilidade dos quadros naturais. No entanto, a visão de regiões diferenciadas economicamente, para fins estatísticos, amparadas em quadros naturais e permanentes é pura perspectiva vidalina.

A posição dominante conquistada por Ruellan iria influenciar o grande domínio da Geografia Física no IBGE, particularmente da Geomorfologia. Note-se que a Geografia Física dispunha de todo um instrumental para lhe emprestar o caráter cientificista, levantamentos topográficos, produção de blocos-diagrama, perfis geológicos, desenhos de câmara-clara, índices de aridez, balanços hídricos etc. Ela se preocupa com processos, com leis, é nomoteica. Dava suporte à tradição positivista, e, como se vê, a quantitativa, de certa forma, não foi tão inovadora.

O fato de que em São Paulo a Geografia Humana tenha ocupado maior posição revela, certamente, a manifestação de sua sociedade, ciente de sua força como estado mais desenvolvido do país, a tradição do bandeirantismo, que fora tão cara para Aroldo, e conseqüente valorização do esforço do homem. Contou, também, com a influência de Pierre Monbeig, então jovem geógrafo francês, que iria militar no Partido Socialista Francês, já com idéias mais avançadas em relação ao puro possibilismo, e que produziria sua tese numa linha temática (Monbeig, 1952).

O avanço da Geografia paulista não chegou ao ponto de negar a hierarquia da Geografia Física e o caráter naturalista da matéria. Lembro-me de duas experiências pessoais. Eu fora encarregado de fazer a parte de São Paulo na divisão regional dos anos 40 e que foi exposta na Assembléia da AGB em Lorena. Coube-me enfrentar a maior reação, por identificar uma zona industrial (naquela época restrita ao triângulo, São Paulo, Campinas e Sorocaba), pois fugia completamente à fisiografia ou não considerava os eixos de transporte (que a população utilizava para identificar regiões no estado, obrigando a sua adoção pelos geó-

grafos, mas que, afinal, possuíam analogias com cursos de água). Eu entendi, na época, que a reação era devida porque representava uma intromissão de jovem geógrafo do governo central, desafiando as práticas da tradição agrária em vigor, defendidas por *patrons*, logo no estado que, por ser o mais desenvolvido, era o mais sensível à perda da autonomia. O outro episódio ocorreu em reunião da AGB em Belo Horizonte, onde Aroldo de Azevedo, como relator de um trabalho meu sobre a cidade de Angra dos Reis, negou a sua aprovação porque sua estrutura não estava em conformidade com o modelo padrão da época. Qualquer estudo urbano devia começar por um capítulo sobre a posição e o sítio, seguido da história da cidade, desde a fundação, os períodos do crescimento físico e a demarcação das áreas acrescidas etc.

Como se vê, ao contrário do que muitos possam pensar, modelo não é invenção quantitativa...

A antecedência do físico se expressava simbolicamente de diversos modos: pela ordem das palavras nos títulos; pela ordem dos capítulos; pela ordem dos temas nos congressos. Réclus, discípulo de Ritter, é apontado justamente por ter utilizado um título em que o homem aparece organizando o espaço, quando até recentemente geógrafos, imperceptivelmente, colocam a Terra na frente do Homem. Nas excursões, no ônibus, invariavelmente, as equipes de Geomorfologia sentavam nos bancos da frente, os de Geografia Humana, atrás; a mesma disposição era mantida nas marchas, nas excursões a cavalo, quando a prioridade para as montarias pertencia à Geomorfologia.

Uma Geografia naturalista não tem condições de alcançar o verdadeiro sentido da regionalização, que compreende uma estruturação de caráter político-ideológico. Conseqüentemente, torna-se irônico verificar que, no fundo, o que a Geografia vidalina faz em regional é recortar o território e descrever cada unidade segundo capítulos de Geografia Sistemática. Deste pecado não escaparam os modelos da *Geografia do Brasil*, do IBGE.

Deste modo, a Geografia possibilista, ao subestimar os mecanismos econômicos, desconheceu a explanação do local e do regional como escalas da manifestação de fenômenos de dimensão nacional e mesmo universal. E, no entanto, o

exame das articulações de fenômenos de escalas diferentes, ou das diversas escalas de um dado fenômeno, é, segundo Pierre George, um papel fundamental da Geografia (George, 1964). Este desconhecimento certamente influi na sua perda de espaço, a partir da fase desenvolvimentista.

No entanto, ao valorizar as pequenas unidades regionais, mobilizando o trabalho de campo, a Geografia vidalina forneceu retratos detalhados do dia-a-dia da vida local dos diversos setores da população. Se lhe faltou teorização, rigores formais do cientificismo matemático, em compensação, não raro, sua linguagem, às vezes literária, não conseguia mantê-la neutra em relação aos sentimentos. Veja-se a grandeza humana dos desenhos de Percy Lau, de Medina, e dos textos que os acompanhavam, na série *Tipos e Aspectos do Brasil*, publicada na *Revista Brasileira de Geografia*. Ela prenuncia o caminho da hermenêutica e do moderno método antropológico, embora sem pensá-los teoricamente.

Uma das críticas a serem feitas a correntes que se impuseram posteriormente pode ser a de terem perdido esta proximidade física do povo da terra. E uma das reclamações de setores do campo interdisciplinar, quanto à Geografia Quantitativa, foi justamente pelo fato de se ter abandonado aquelas pinturas impressionistas, que estes setores não sabiam fazer, por quadros de abstracionismo formal, em que competia, por exemplo, a economia espacial.

A Geografia da Economia Política

A questão da urbanização e industrialização já era vivenciada intensamente pela sociedade brasileira nas décadas de 40/50, e encontravam-se presentes movimentos sociais e políticos que não se coadunavam com posturas filosóficas naturalistas ou de neutralidade das ciências. A própria corrente vidalina assumia formas mais atualizadas.

Um aspecto desta adaptação refere-se à focalização de grandes temas sistemáticos, na escala nacional, por exemplo, estudos da população, de colonização, de sistemas agrícolas etc. A vinda de Leo Waibel para o IBGE, nos fins dos anos 40, representou o início da superação da Geografia Física pela Geografia Humana

nesta Instituição. Waibel representa já uma Geografia influenciada pelo pensamento econômico, relacionando a evolução dos sistemas agrícolas aos sistemas econômicos, evocando a teoria de Von Thunen para a distribuição geográfica da produção agrícola. Invariavelmente, nos trabalhos de campo, atingido um ponto de observação panorâmica de uma área, testava um dos membros da equipe com a pergunta: "O que estamos vendo?" Influência do paisagismo de Fochler-Hauke, ou de Jean Brunhes? Também, mas, para Waibel, partindo-se dos fatos materializados na paisagem, deveria se chegar às relações do espaço econômico abstrato, e depois voltar ao concreto, pois o objetivo específico era a técnica da ocupação da terra; aproximava-se da idéia da organização do espaço como o objeto geográfico. Não há comprometimento direto maior com o político-ideológico; valoriza-se a democracia agrária da colonização, os sistemas agrícolas melhorados (Waibel, 1949).

Outro aspecto refere-se ao fato de que, num órgão como o IBGE, a questão da participação direta na operacionalização do "planejamento" (até a segunda metade dos anos 50, utilizar este termo para designar a intervenção estatal na economia era banido nos meios oficiais, considerado do *jargon* subversivo), já excitava alguns geógrafos, a exemplo de Jorge Zarur (Zarur, 1955). A Geografia do IBGE participou dos estudos para a localização da Nova Capital, Brasília.

No estilo, nos temas, reconhecem-se as tendências político-ideológicas dos geógrafos da época, José Veríssimo da Costa Pereira, ligado ao populismo getulista, no Rio de Janeiro, Dirceu Lino de Mattos, irmão de senador ademarista, expressando a industrialização de São Paulo.

No entanto, não faltaria, a este movimento geográfico, aquela corrente que representaria a negação básica do naturalismo e neutralismo. O materialismo histórico se propagava entre setores estudantis universitários e penetra no meio geográfico; basta lembrar que Caio Prado Junior fez o Curso de Geografia e História da USP e que escreveu alguns artigos geográficos (Prado Junior, 1949).

Naturalmente esta corrente, que reunia contados geógrafos, se oporia à concepção das relações do homem com o meio,

sem passar pelo modo de produção e fora de uma perspectiva histórica. Deste modo, a Geografia não seria tratada fora do quadro da Economia Política, designação de uma Ciência Social única, onde a Geografia, como a Sociologia, seria uma faceta.

Nos anos 40/50, os reducionismos provocados por esta concepção herdada dos clássicos, que trataram a Economia num sentido amplo e abrangente, que compreendia inclusive a demografia, me faziam duvidar: seria a Geografia uma ciência, ou um ramo da Economia?

Considere-se que, ao contrário do que ocorrera com todos os outros desenvolvimentos do pensamento geográfico no Brasil (inclusive da chamada escola radical, que é uma retomada da que está sendo tratada em outro nível epistemológico), este não encontrava paradigmas fora do país, nenhuma personalidade geográfica de guia. Note-se, por exemplo, que o livro *Estudos Rurais na Baixada Fluminense* (Geiger e Mesquita, 1956) foi escrito antes da chegada das novas escolas francesas. Somente em meados dos anos 50 iria se tomar conhecimento das escolas de Pierre George e Tricart, que lhe corresponde, e que naturalmente tiveram as condições para atingir outro nível. Inspirava-se na filosofia e na ideologia presentes e valorizava o significante social de qualquer trabalho. Tanto era importante escrever como fundar o Clube dos Ibgeanos, primeiro órgão associativo de funcionários do IBGE.

Em termos políticos, a esquerda, desde os anos 40, propunha a transição do país para um capitalismo mais avançado, com reforma agrária, industrialização e formação de uma burguesia nacional, formação de forte setor nacional econômico apoiado no Estado (o petróleo é nosso). O trabalho geográfico deveria ser consciente de sua contribuição a este propósito, seus estudos iluminando os problemas, criticando os entraves, participando da elevação tecnológica, como um dos aspectos do desenvolvimento nacional. Estes posicionamentos conduziam as esquerdas a alianças que invariavelmente eram feitas, desde o fim da Guerra, até recentemente, com o populismo. Note-se que em 1964, o Brasil ainda possuía mais população rural que urbana. Somente após as grandes transformações das últimas duas décadas, com o surgimento de expressivo setor empresarial nacional

urbano, com a clivagem entre este setor e uma classe média expandida, é que, a partir da Nova República, setores da esquerda passaram a integrar alianças com estes segmentos, em detrimento de populismos ultrapassados.

Para um pequeno grupo de geógrafos do IBGE, onde a corrente da Geografia de Economia Política atingira maior expressão, a existência desta instituição era um fato em si altamente positivo, um campo para o desenvolvimento de uma Geografia aplicada ao planejamento e à mudança. Naturalmente a resistência a uma Geografia não naturalista foi enorme. Em 1951, parecer do geólogo Fróis de Abreu negava a publicação de trabalho meu em co-autoria com Regina Pinheiro Guimarães Spinola (depois, Rochefort), com o argumento que se tratava mais de Sociologia do que de Geografia. O artigo tratava de trecho do entorno da metrópole carioca, no setor leste, mostrando que a dependência da produção açucareira, lá, se devia, não à abolição da escravatura, mas à passagem do engenho para a usina e conseqüente concentração geográfica noutra região. Mostrava, também, a influência de investimentos da poupança urbana para o desenvolvimento de sítios fruteiros. Graças a Luís de Souza, o trabalho foi publicado no *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, órgãos do Diretório Regional do IBGE.

No entanto, na corrente histórica da urbanização e da industrialização, esta corrente acabaria assumindo maior poder, embora restringindo a linguagem a certos padrões. Nas publicações oficiais e oficiosas, as da AGB incluídas, vocabulário e citações eram fiscalizados e censurados. Neste processo, foi decisiva a aliança com o grupo de Geografia Humana que se desenvolvera em torno de Waibel, onde se destacavam, entre outros, o casal Bernardes, Walter Egler. Orlando Valverde fora um dos promotores da vinda de Waibel e se incluía na corrente da Economia Política. O suporte básico para este desenvolvimento foi Fábio Macedo Soares Guimarães, o Dr. Fábio como era chamado.

Fábio foi figura impressionante na história do CNG. Já engenheiro, foi fazer o Curso de Geografia e História na Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro para se adequar aos trabalhos que exercia em órgão que seria utilizado para formar o

CNG. Sobrinho do Embaixador Macedo Soares, foi o chefe da Seção de Estudos, hoje Departamento de Geografia. Tendo o sentido da precisão, promoveu o desenvolvimento de estudos formais quantitativos, como os de centrografia. Comandou a divisão regional naturalista dos anos 40. Patriota, confundiu-se por certo momento com o Integralismo. No entanto, honesto e democrata, Fábio se transformava, com o país e com os amigos, avançando no caminho da Geografia como Ciência Social. Seu apoio foi fundamental para a vinda de Waibel e, posteriormente, para a presença de Rochefort. Escreveu novo artigo sobre a regionalização já engajado na nova posição.

Na universidade, contudo, o domínio vidalino era total, e por serem marxistas declarados, George, Tricart, Rochefort, e mesmo Dresh, que não saiu da Geografia Física, não conseguiam pisar na UFRJ ou na USP, a não ser depois de iniciada a fase quantitativa. Recordo, porém, que já durante a fase quantitativa, quando afirmei em São Paulo, que a Geografia era uma Ciência Social, que de resto não é tão novo, Camille Vallaux, em 1908, titulara um de seus livros clássicos de *Geographie Sociale: la mer*, ainda provocava um escândalo.

A Geografia da Economia Política solucionou dialeticamente as questões Geografia Sistemática/Geografia Regional, Geografia Física/Geografia Humana; no primeiro caso, através dos conceitos de totalidades e partes, aplicados no exame das articulações das escalas geográficas dos fenômenos. No segundo caso, através do movimento histórico e social, não só da ocupação do espaço geográfico, como do próprio conhecimento. Valorizou estudos urbanos e industriais, acompanhando o movimento do país. Eu mesmo fora geomorfólogo e, aos poucos, fui conduzido para a Geografia Agrária, Industrial, Urbana, Regional. Estabeleceu os contatos interdisciplinares, primeiro, com os arquitetos, interessados em planejamento urbano, depois com os economistas. Se a ação da ciência se traduz em *problem solution* (resolver problemas) ou em *lightening problems* (iluminar problemas), a Geografia da Economia Política cumpriu o segundo papel. Sustentou a idéia de contribuir para o planejamento estatal, apostando na ampliação do, que se designa hoje, caráter relativamente autônomo do Estado, para induzi-lo na

ação por maior justiça social e promoção de desenvolvimento nacional. Esta, também, era a posição dos geógrafos franceses citados em seu país. Foi certamente esta postura que fez Rochefort prestar serviços ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano — CNDU, nos anos 70/80.

Se comparamos a linha vidalina à pintura impressionista, a presente corrente pode ser identificada com o cubismo. Faltaria chegar ao abstrato, o geométrico dos quantitativos, o informal e o neofigurativismo das correntes críticas.

Considerando a influência reducionista da idéia de uma ciência única, a Economia Política, a preocupação mais filosófica e política com a Geografia, do que epistemológica, a falta de um paradigma elaborado na filosofia existente (como se diz hoje, em Marx pouco se encontra sobre o espaço...), em termos teóricos, esta corrente, a não ser quanto ao problema regional, não soube teorizar sobre a produção do espaço geográfico, não soube identificar mais precisamente seu objeto específico de conhecimento. Preocupou-se com os problemas dentro do espaço, não com o problema do espaço.

Geografia Quantitativa

A Quantitativa foi vista por alguns, apenas, quanto ao sentido estreito do seu papel político-ideológico, sem considerar sua inserção no movimento cultural do pós-guerra. A guerra abriu a perspectiva de novos futuros, novas tecnologias, novas dimensões do espaço, tanto para o socialismo quanto para o capitalismo, sendo que a bomba mostrara, de um lado, o poder da teorização científica, que antecede realizações práticas, e, de outro lado, o perigo da desintegração total. Também nas artes, o abstracionismo, durante algum tempo, só foi considerado como instrumento reacionário. Quantitativa, abstracionismo, dodecafonismo são diversas formas de manifestação cultural no mundo capitalista do pós-guerra. No entanto, ao contrário das artes, a quantitativa também se difundiu pelo bloco socialista, embora filosoficamente mais contraditória ao marxismo.

A escola quantitativa se instala no início dos anos 50 em países de língua inglesa. Este fato, em si só, explica a

sua quase inexistência na França. Somente após os movimentos universitários de 68, os acadêmicos franceses passam a citar com mais freqüência autores de língua inglesa. Esta Geografia Quantitativa expressa: uma postura que introduz a intensificação das preocupações epistemológicas das ciências, no campo da Geografia; a negação da posição ideográfica da Geografia vidalina, seguida por Hartshorne (Hartshorne, 1939), e, conseqüentemente, a busca de leis que explicassem as formas espaciais (Harvey, 1969); como decorrência desta última posição, a procura da linguagem e das lógicas matemáticas, bem como o recurso às modernas máquinas da computação; ainda em decorrência da procura de leis universais, o abandono do naturalismo e a concepção da organização do espaço como processo social; e, conseqüentemente, a aceitação da possibilidade de previsões, de intervenções normativas no próprio formato da organização do espaço, que o naturalismo não permitia.

Desenvolvendo-se no meio da cultura anglo-saxã, de tradição prática, oposta à contemplação, a Geografia Quantitativa troca a pergunta "o que é a Geografia?" por "o que deve ser a Geografia?" (Holt-Jensen, 1980). Este fato, em si, é revelador da preocupação teórica, da procura de um novo paradigma. Este, para Khun, consiste numa teoria sobre tarefas e métodos que regulam a pesquisa de uma ciência (Khun, 1970).

Embora opondo-se a Hartshorne e Hettner quanto à posição ideográfica, contudo, ao se concentrarem nos aspectos formais, geométricos do espaço, como objeto de seu conhecimento, os quantitativos se reencontravam com a linha kantiana. Quando a Quantitativa discute o conceito de espaço absoluto, não é para negar o espaço como um objeto em si, sobre o qual todos os outros estariam assentados e sim para dizer que o espaço são os objetos. Ela se restringe a mostrar, por exemplo, que uma distância mais curta pode provocar custos mais altos. É que para Kant, e sua lógica formal, o espaço não é um processo, do mesmo modo que para a Quantitativa o espaço geográfico como processo histórico não é sua motivação.

A posição de Hettner é correta quando afirma que "na Geografia o aspecto tempo é recessivo; o geógrafo deve escolher

um dado momento no tempo, mas deve considerar os desenvolvimentos históricos somente enquanto necessários para explicar a situação de um dado ponto no tempo". Realmente, Geografia e História constroem distintos objetos do conhecimento. Neste sentido, foi um mérito da Quantitativa fazer a Geografia definir a organização do espaço como seu objeto. Ela deu um passo à frente da própria Geografia da Economia Política que se envolveu em demasia com os processos históricos nos espaços, em vez de examinar a formação dos espaços. Yves Lacoste atribui, ao engajamento político, o esquecimento do espaço; critica seu livro sobre países subdesenvolvidos, por se limitar a identificar diferenças espaciais entre eles, sem se deter na formação do espaço em situação de subdesenvolvimento (Lacoste, 1976).

O termo organização do espaço, empregado pela escola de George, foi tomado da mesma fonte, funcionalista, sistêmica, dos quantitativos. Funcionalista, foi também seu modo de interpretar centralidade ou rede urbana. Quando penso no meu livro *Evolução da Rede Urbana* (Geiger, 1964) vejo-o, metade na linha da Economia Política, a história dos espaços, e metade pré-quantitativo, com gráficos sobre o terciário para explicar hierarquias, áreas de influência. Naturalmente, é meu desejo reescrever um estudo sobre a urbanização brasileira, não da "evolução da rede urbana", mas da "rede de relações do urbano".

Contudo, a Geografia Quantitativa foi longe demais no seu afastamento da História. Vinculada à epistemologia neopositivista, funcionalista e sistêmica, procura no espaço padrões formais, concentrações, diferenciações, provoca-os por determinismos, leis, na mesma linha do materialismo mecanicista darwiniano, só que atribuindo estes determinismos a fatos sociais. Confunde o objeto História com desenvolvimento histórico dos objetos. Admite estrutura, função e forma, mas omite processo, da nova geografia (Santos, 1978).

Descomprometida do materialismo histórico, desconhece a interação dialética sujeito/objeto. Isto se expressa claramente na questão da regionalização. Para a Quantitativa, a região não passa de uma construção subjetiva, a partir dos padrões de distribuição geográfica de objetos, ou variáveis (Faissol, 1987). Não

realiza que, embora objeto abstrato, construído, nem por isso deixa de ter relações com um processo histórico real, com um objeto real, com funções políticas, ideológicas. Não procurando a regionalização dentro de um processo histórico, mas numa arrumação formal de dados, cai-se em subjetivismos, como a linha vidalina.

Se a chamada Geografia Radical tem insistido nestas críticas, no entanto não se pode ignorar os avanços da Quantitativa, em termos de reconhecer a organização do espaço como processo social, assumir tanto métodos indutivos como dedutivos, a posição nomoteica, o abandono da falsa posição de neutralidade da Geografia Tradicional, a favor da participação direta no planejamento. Não tendo compromisso de mudar o mundo, procura a otimização do sistema em que se encontra inserida. No entanto, a procura dos equilíbrios traz o seu envolvimento com questões de equidade e a cooptação crescente dos quantitativos para a questão social é reconhecida pelo geógrafo radical Peet (Faissol, 1987). Não é de se estranhar que tantos jovens geógrafos quantitativos se passassem em pouco tempo para a linha radical.

Já houve quem questionasse o emprego do termo teórica pelo grupo quantitativo de Rio Claro, julgando ser uma tradução apressada do inglês. Não é bem assim; Ritter já acreditava em leis resultantes da observação contínua de interações entre fenômenos, segundo o método indutivo, "que o cientista detecta para provar regras impostas pelo poder divino". Para os quantitativos, estas generalizações empíricas seriam leis de validade restrita, válidas para tempos e lugares específicos. Através do método dedutivo, seriam obtidas leis gerais, ou teóricas (e não teóricas oriundas de métodos teóricos), resultante do relacionamento teórico entre leis indutivas.

No Brasil, a Quantitativa chegou nos fins dos anos 60. O período JK marcou o coroamento de primeira fase da industrialização brasileira e o início do que se designa de internacionalização da economia. O avanço da industrialização traz à baila novos questionamentos. Ignácio Rangel (Rangel, 1985) mostra que, ao contrário do suposto pela esquerda nos anos 30/40, mesmo sem a reforma agrária, que se inscreve nas relações cidade/campo, o país se industria-

lizara. Ao lado dos antigos, surgem novas formas de problemas, as relações entre cidades, entre regiões, de concentração/desconcentração, no bojo da intensificação das relações entre lugares. A geografia da Economia Política atende e se expande nesta fase, introduzindo, como já se disse, métodos precursores da Quantitativa. No entanto, todo este desenvolvimento será perturbado pela crise do começo dos anos 60, a instalação de novo poder, que acolherá a difusão da Quantitativa.

Ao contrário do suposto na época, o regime militar instalado em 1964 expandiu o sistema de planejamento que, após provocar breve período de recessão, passou a administrar novo ciclo de crescimento econômico. Este crescimento passaria pela difusão de enclaves de modernização, ampliação da infra-estrutura, como de transportes, comunicações, ampliação das escalas dos serviços, por exemplo, transformando serviços antes oferecidos por empresas na escala municipal, como as de água, eletricidade, telefone, em empresas estaduais, e interligando todos estes elementos em sistemas. Deste modo, seria ampliado o mercado, o que se refletiu no crescimento urbano mais acelerado, particularmente no grande crescimento das cidades capitais estaduais.

Neste novo quadro político institucional, o IBGE foi colocado no Ministério do Planejamento para colaborar com os economistas, que por sua vez desenvolviam os métodos da econometria. O IBGE devia fornecer estatísticas mais precisas, mais sofisticadas e mais rápido, bem como os mapas dos caminhos do funcionamento dos sistemas. Neste trabalho, uma das exigências apresentadas à Geografia fora que assumisse postura normativa, o que encontrou resistências mesmo entre geógrafos com altos postos na Instituição, de tradição naturalista, e que temiam as consequências da politização da Geografia, que certamente vieram. No fundo, tratava-se apenas de transferência do compromisso de setores orgânicos com a classe rural para com a classe empresarial urbano-industrial. Contudo, este movimento traria enormes desdobramentos.

Foi através desta ligação com o planejamento que se desenvolveu a Geografia Quantitativa do IBGE, sendo a outra porta de entrada no país, o Departamento de

Geografia da USP, em Rio Claro. Lá, esta escola penetrou através de contatos diretos com centros universitários no exterior. Durante o Governo Geisel, a preocupação com o formato espacial do país se torna explícita no planejamento de médio e longo prazos. A regionalização e os sistemas espaciais são utilizados como instrumentos em programas e projetos, criam-se as regiões metropolitanas.

Tive algum papel na introdução da Quantitativa. Em 1968, visitando o IBGE quando em missão promovida pelo IPEA, John Friedman perguntou por que os geógrafos não praticavam uma Geografia como a de Brian Berry, na linguagem franca da Matemática, mais precisa e acessível para os economistas. Por coincidência, pouco depois, me caía nas mãos o livro de Berry (1966) que me deixou atônito. Gostaria da introdução, em linguagem qualitativa, sobre o desenvolvimento histórico dos problemas da Índia, e logo em seguida não conseguiria entender mais nada, em meio a números de algo estranho, chamado de análise fatorial. Não quis tomar a atitude de muitos tradicionalistas, do não li e não gostei. Compreender o método era um desafio. Principalmente, considerando a minha postura, desde jovem, a favor do princípio de que quantidade é igual a qualidade. Sabia que um dos sustentáculos da Geografia Tradicional era a cultura bacharelista, avessa à lógica, mesmo formal, da Matemática. O conceito da mais-valia não era por acaso o resultado de um raciocínio dedutivo e matemático? Junto a Pompeu Accioly Borges, ainda na época da Economia Política, me consultava sobre índices, e assim acabei apresentando em 1967, no Congresso Regional da UGI, no México, um trabalho que chamou a atenção de John Cole. Veio falar comigo socialmente, mas não soube ainda da existência da Quantitativa; somente em fins de 68, através do livro citado de Berry, isto ocorreu. Em 69, recebi carta de Cole nos Estados Unidos, onde eu estava lecionando um semestre, anunciando sua visita ao Brasil. Indiquei que procurasse Marília Galvão e Speridião Faissol, que estavam à testa do Departamento de Geografia do IBGE. E John Cole trouxe a Quantitativa para o IBGE.

No livro *Evolução da Rede Urbana no Brasil* coloco, de um lado, grandes cida-

des na ordem da população, e, de outro lado, a ordem segundo a movimentação portuária, para mostrar a grande correspondência. Não conhecia ainda o índice de correlação ordinal que, se expresso, daria mais realce. Seria necessário aprender métodos estatísticos. E esta foi outra motivação de resistência de tradicionalistas, ter que aprender algo novo, junto com os alunos, que não raro eram mais rápidos.

Sustentada pelo *establishment*, mais numerosa, o que não fora o caso da escola da Economia Política, não tive dúvidas de que a Quantitativa, expondo a preocupação explícita com a epistemologia, com o planejamento, iria acirrar o conflito com a Geografia Tradicional, e ser instrumento de outra grande crise. Não tive dúvidas, tão pouco, que a Quantitativa era uma fase passageira que seria superada por nova negação que a integraria em nova síntese, numa retomada da velha Economia Política. Lembro-me das discussões com geógrafos mais jovens, nos anos 70, naquela época quantitativos, defendendo o conceito objetivo da regionalização, os cursos de epistemologia, que davam margem ao acesso às diversas linhas de pensamento.

A Geografia Quantitativa foi um dos suportes da segunda expansão do campo industrial no Brasil, campo este que, segundo Lefèvre, "intende o estabelecimento do espaço-tempo homogêneo". Se regiões polarizadas deviam indicar os canais da difusão do capitalismo, regiões homogêneas, espaços de planejamento e controle, de ocupação de novas áreas, todo este mecanismo deveria atingir a homogeneização do espaço. Mas como atingi-la com os padrões da distribuição de renda? E foi esta situação que abriu os espaços para as posturas críticas que surgiram dentro do sistema de planejamento, no IPEA, particularmente com os economistas espaciais como Hamilton Tolosa, Josef Barat, Thompson de Andrade, e não espaciais propriamente, como Pedro Malan ou Fernando Rezende, e no IBGE. A opinião de Peet foi válida, portanto, também para o Brasil.

No IBGE, a questão social, o confronto crescimento econômico/desenvolvimento, vai servindo de base para a ampliação da postura crítica dos trabalhos, de forma acentuada desde os meados dos anos 70, e se inicia também mudança mais clara da linha epistemológica. O

avanço da abertura regulava o processo, numa instituição governamental como o IBGE. Em trabalhos como nos de Fany R. Davidovich (Davidovich, 1978) reconhece-se esta evolução para a integração da Quantitativa em nova síntese. Também como em outras partes do mundo, onde David Harvey é um dos exemplos mais expressivos, foi freqüente jovens geógrafos se passarem da linha quantitativa para a marxista. Depois da Quantitativa a Geografia nunca mais será a mesma quando de sua institucionalização no país.

Correntes de Geografia Crítica

A expansão da Quantitativa nos países do centro coincidiria, de certo modo, com a evolução para a chamada sociedade afluyente e com o movimento de passagem para a chamada civilização pós-industrial. Declinaram o número de trabalhadores braçais na indústria e as formas tradicionais de luta de classe. Depois dos movimentos pela Paz e contra a bomba, desencadeia-se a questão da qualidade de vida e do meio ambiente, a força do movimento representando, em parte, novas formas de atuações político-ideológicas das esquerdas. Outros setores aderem ao movimento que, a partir dos anos 70, ganha dimensões.

A questão da qualidade de vida tentava colocar em cheque o consumismo alienante. Acabou se concentrando nos conflitos de interesses da produção dos grandes complexos industriais e do consumo do espaço por parte das populações. Já a questão da preservação ambiental e dos recursos naturais renováveis revelaria conflitos entre setores empresariais, prestando-se ao apelo por maior intervenção do poder público.

Acrescente-se, ainda, as crises econômicas nos países do centro, durante fases dos anos 70 e 80, marcadas por momentos de violência nas grandes cidades, recolocando em evidência a questão social. Todos estes fatos fazem compreender a crescente tendência que se observou no campo da Ciência Social, de passar de simples posturas participativas no planejamento para uma atitude fortemente crítica.

Na Geografia, estes fatos, somados ao movimento constante da filosofia do não (Bachelard, 1971), que anima o pensa-

mento criador, vão influir para o refluxo da Geografia Quantitativa e fazer surgir a chamada Geografia Crítica.

Não se trata de uma única corrente, fundada numa só linha filosófica. Mesmo os que seguem a linha marxista se subdividem em correntes diversas. O que elas têm de comum é o posicionamento crítico à maneira pela qual é praticada a gestão do território e restrições aos métodos quantitativos.

Um fato interessante promovido pela valorização do tema ambiental foi a reestruturação das relações Geografia Física/ Geografia Humana. A primeira já participara, no passado, das críticas a técnicas da ocupação do solo. No Brasil, por exemplo, quanto às queimadas e outras práticas agrícolas provocadoras de erosão acelerada. No entanto, a posição, agora, deixa de ser explicitada apenas por razões econômicas; são considerados os aspectos do bem-estar, da proteção à vida, da ética humana, de forma explícita, o que faz a Geografia Física abandonar a antiga falsa idéia da neutralidade ideológica e aceitar a ciência como prática social e histórica. Nesta postura, fatalmente, os ecologistas se deparam com os processos sociais, sejam econômicos ou culturais, como a fonte dos problemas que estudam, e isto os retira do isolamento naturalista. Em São Paulo, Aziz Ab'Sáber é exemplo de um ativista desta corrente. No IBGE, o movimento pelos recursos naturais e meio ambiente deu margem à criação de uma Superintendência de Recursos Naturais — SUPREN, em 1977, onde atualmente se concentra a Geografia Física.

a) Geografia Radical

Esta a designação, em países de língua inglesa, das correntes que seguem o pensamento marxista da ação em favor da mudança social. Por influência da guerra-fria e do macarthismo, de um lado, do stalinismo e de seu conceito de bloco monolítico, de outro lado, marxismo, partido comunista, URSS eram todos identificados como sendo a mesma coisa. À medida que a história dissolvia estes equívocos, o marxismo em países de língua inglesa deixou de ser considerado instrumento a serviço de potência estrangeira. Desenvolveu-se, então, nos países do centro, grande trabalho de transformação da filosofia marxista em epistemo-

logia, e, em várias áreas das Ciências Sociais, teve início grande produção calçada nesta linha.

Na Geografia, a corrente radical tem, como ponto central, o relacionamento de formação social com espaço. A estruturação espacial, deste modo, não se faz segundo regras determinísticas de puros mecanismos econômicos, mas no contexto de um dado modo de produção e de uma dada formação social. Conseqüentemente, o processo histórico da velha Economia Política é mantido, mas o objeto do conhecimento é claramente definido como sendo o da produção do espaço.

Nos países de língua inglesa, a Geografia Radical é praticamente uma escola nova e sua ascensão é aproximadamente paralela ao do estado previdenciário. Nos Estados Unidos, a Guerra do Vietnã, as posturas morais da tradição puritana, voltadas tanto para os pobres do país como para a questão dos países subdesenvolvidos, influíram na expansão da escola. Eles continuam se utilizando dos métodos quantitativos, agora reduzidos a simples métodos de análise.

Na França de Réclus, onde já existia grande grupo marxista desde o fim da guerra, a expressão "nova" não soaria tão bem. Trata-se de uma reestruturação da forte escola de Economia Política, onde a construção do espaço, e não a história econômica do espaço, passa a ser o objeto. Trata-se de reestruturar Ritter e integrar Hettner e também os quantitativos.

No Brasil, o grupo da Geografia Econômica fora sempre muito pequeno e o movimento quantitativo, razoavelmente forte. Muitos geógrafos radicais vieram da Quantitativa, e portanto a expressão Geografia Nova (Santos, 1978) faz sentido, considerando, ainda, que o grupo dedicou muito espaço e tempo à teorização sobre a estruturação e a morfologia do espaço social. É comum, aliás, que a entrada de uma nova linha de pensamento seja acompanhada de uma quantidade de trabalhos voltados para as questões conceituais e metodológicas, e escassez de material aplicado. Como diz Khun, citado por Holt-Jensen, "nesta fase trata-se da reconstrução da estrutura teórica de um campo de pesquisa, mais do que a acumulação de conhecimentos, característica de fase revolucionária". Nos anos

mais recentes, esta linha começou a desenvolver trabalhos aplicados, como os do casal Sposito, em Presidente Prudente, Ariovaldo de Oliveira, em São Paulo, Lobato e Capdeville, no Rio de Janeiro, entre outros. Lembre-se, no entanto, que quanto à regionalização, a linha da Economia Política, já há muito a relacionara ao processo histórico da formação social.

O pensamento marxista sempre teve uma expressão forte no campo das Ciências Sociais desenvolvidas no Brasil. Como a Geografia universitária era dominada pelo naturalismo, até os anos 70, ela não foi influenciada por este fato. A quantitativa, tendo ajudado a colocar a Geografia como Ciência Social, e tendo servido para provocar reações, inclusive quanto ao seu comprometimento ideológico, foi deste modo, afinal, um fator para a expansão da linha marxista na Geografia. Acrescentem-se outros fatos: ainda no campo endógeno acadêmico, a passagem do sistema de faculdades isoladas para o da universidade integrada, promovida pelo regime militar, e que multiplicou a vida universitária, a liberdade de expressão que a abertura propiciou, como nunca houvera no Brasil, e a influência da volta de Milton Santos. Tendo se exilado por motivos políticos, e se tornando, no exterior, geógrafo de vanguarda e de renome internacional, sua volta, com a abertura, além das cargas emocionais transmitidas, teve, de certo modo, o mesmo papel desempenhado no passado pelos grandes mestres estrangeiros. No campo exógeno, deve-se considerar a permanência dos graves desníveis sociais do país clamando por justiça, a pobreza tendo se tornado mais acentuada com o crescimento urbano; a divisão maior entre a burguesia e grandes massas da classe média urbana, onde os pesquisadores se inserem; e as tendências de oposição à enorme concentração do poder nas mãos do Estado, provocando inclusive o incremento do associativismo. Em São Paulo, principalmente, o grupo marxista pôde ganhar espaço através de um trabalho organizado.

O movimento, porém, não foi restrito à universidade, manifestou-se também no IBGE, embora mais lento e contido, naturalmente. O conhecimento dos mecanismos da elaboração da morfologia do espaço é tanto mais necessário para o Estado quanto mais complexa a economia,

e quanto mais ele se vê envolvido na gestão do território que é a base da especialização. Além disso, os diversos segmentos da sociedade, as diversas ideologias tendem a ocupar espaços dentro das esferas do Estado, o que tem ampliado seu caráter autônomo. Deste modo, em termos de atividade científica, o próprio Estado tem recuperado esta corrente, cujo trabalho lhe interessa explorar, assim como para as forças do capitalismo em geral. Seria, por exemplo, inconcebível nos anos 50/60, solicitar auxílio de fundos governamentais para a pesquisa, invocando explicitamente a teoria marxista.

Se a Geografia Quantitativa foi comparada ao abstracionismo formal, a Radical pode ser comparada a uma nova figuração, pós-moderna e expressionista. No entanto, alguns setores identificados com a tradição dialética, ou com o marxismo, formam subcorrentes. Por exemplo, a da fenomenologia, ou a da hermenêutica, esta valorizando os métodos antropológicos, na procura da interpretação dos desejos dos atores, não apenas nas consequências objetivas.

b) Outras Correntes da Geografia Crítica

Antes da Segunda Guerra Mundial, estávamos na "era do rádio", parodiando Woody Allen. Não existiam TV, avião a jato, computador, satélite que iriam encolher o planeta, no caminho da globalização. Todos estes instrumentos da grande revolução tecnológica reforçam a concentração do poder do Estado e das grandes corporações. A contrapartida são movimentos como os da revalorização dos regionalismos, do associativismo mais freqüente, em escala local, e outros que, de forma correta ou incorreta, procuram afirmar a liberdade do pequeno.

Esta é outra influência exógena da postura crítica e que abrange setores não marxistas, tendo repercutido na Geografia.

No Brasil, a quantitativa provocara, contra si, a aliança entre a Geografia Tradicional e setores da Economia Política. Como em outras partes do mundo, a queda da Quantitativa deu margens a reestruturações, tanto de quantitativos como dos tradicionalistas.

Uma expressão do engajamento dos quantitativos numa postura mais crítica corresponde a seguir a linha da chamada Geografia do Bem-Estar, extremamente voltada para as relações entre o econômico e a questão social, numa atitude ativa de reformismo.

Quanto aos tradicionalistas, tornaram-se menos preocupados com o naturalismo, admitindo o caráter social da Geografia, e com a neutralidade. A Geografia Humanista, — entre os quais Yi Fu Tian é conhecido no Brasil —, valoriza o mundo objetivo como uma experiência humana. Dado o nível técnico atingido, o perigo da extinção é agora real, o que reforça as preocupações da Ecologia Humana.

Existem, ainda, outras correntes, como a do Comportamento do Espaço-Tempo, além das antigas, como a Cultural, a Histórica que se mantêm.

CONCLUSÃO

Em *La Revolution Urbaine*, Lefèvre interpreta o movimento da humanidade, como tendo se deslocado de um campo agrário para um campo industrial e que, na atualidade, estaria se dirigindo para o campo urbano.

De uma forma ou de outra o que as diferentes correntes de Geografia fizeram no Brasil, até meados dos anos 70, foi contribuir para que o país participasse desta passagem do campo agrário para o campo industrial.

No entanto, campo agrário e campo industrial são amplos, compreendem especificidades, relativas a diversos países e regimes e conforme a fases históricas. Elas caracterizaram justamente as diversas formações sociais. Neste sentido, cada corrente assumiu compromissos distintos, quanto ao modelo de formação concebido e quanto à estrutura correspondente. No Brasil, o campo industrial reteve fortes elementos herdados do campo agrário.

Em outras palavras, quanto ao conhecimento, todas as correntes contribuíram, de uma forma ou de outra. Se o trabalho científico filtra uma dose ideológica, contudo ciência e ideologia são coisas dis-

tintas. Como diz o refrão popular, é melhor uma natureza-morta bem pintada, que a *Madonna* mal pintada. O mesmo pode ser dito em relação aos trabalhos geográficos; há os bons, independente da escola a que pertencem, que acrescentaram algo ao conhecimento, enquanto outros não passaram de repetições, recitadas em linguagens distintas, discursos ideológicos de chavões etc.

No entanto, em termos das intenções políticas, explicitamente ou implicitamente, cada escola procurou favorecer determinados segmentos da formação social em movimento.

Por convergência com o centro, o Brasil estaria se movimentando na direção do campo urbano, ou, de uma sociedade urbana, nos termos concebidos por aquele autor. Este fato estaria na base das inquietudes e das novas buscas da Geografia, a partir dos meados dos anos 70.

O aguçamento da crítica ao campo industrial teria por objetivo facilitar este movimento na direção da sociedade urbana. No entanto, de forma mais ou menos consciente, diversas forças da massa populacional, ou das instituições, inclusive oficiais, estão atuando para esta transição. Cabe, portanto, ao conhecimento científico ter, simultaneamente, um papel crítico e um papel atuante na abertura dos caminhos para a sociedade urbana.

Não é fácil conceber a sociedade urbana na fase do acabamento, nem seus exatos contornos geográficos. Contudo, esta sociedade urbana que está surgindo já manifesta indícios de que dará grande importância ao formato do seu espaço.

Alguns deles se referem a novas formas políticas e administrativas na gestão do território, nas articulações dos níveis, que vão da esfera local ao nacional, ao crescimento dos movimentos de associativismo, na base local e regional, ao interesse crescente das populações quanto à gestão do território e à proteção ambiental, a nível nacional, regional e local (a nova Constituição, por exemplo, registra a defesa do meio ambiente); a procura direta das organizações comunitárias, pelos organismos científicos e técnicos oficiais, para a orientação e consulta etc.

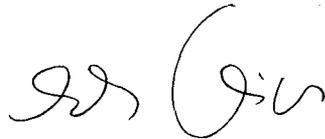
Dentro desta reestruturação já se amplia o trabalho geográfico ligado às insti-

tuições locais (municipais) e regionais (estaduais), praticado em agências governamentais correspondentes a estes níveis e em universidades. De forma crescente, este trabalho tende a ser articulado com a representação comunitária.

O processo envolve também as articulações de lugares e regiões com a esfera nacional, e mesmo internacional. Conseqüentemente, universidades e instituições como o IBGE dispõem, pela frente, de um amplo campo de atividades, quando a tendência é de crescente valorização da variável espacial. O trabalho a ser realizado envolve, inclusive, o estudo das mudanças da inserção do país na economia e sociedade internacionais.

No livro clássico *Les Sciences Géographiques* (Vallaux, 1925), Camille Vallaux inicia com a citação de Strabon, que a Geografia é mais um assunto de Filosofia. Sem dúvida, o é. A partir dos anos 50, crescia a aceitação da Geografia como Ciência Social. Diante das últimas considerações, aqui apresentadas, da atividade geográfica, podemos afirmar ser a Geografia uma Ciência Política, de certa forma recolocando-a na antiga Economia Política.

A Geografia vidalina dizia que a Geografia era uma Ciência de Síntese, englobando processos naturais e sociais. Era-me difícil aceitar a síntese como um conceito específico da Geografia; todas as ciências praticam análise e sínteses; a Quantitativa se fartou no uso do termo análise. Contudo, se tomarmos mais profundamente estes dois conceitos, com Lefèvre, veremos que a análise é o ato de destacar o objeto da totalidade a que pertence, para o seu maior entendimento, sendo, portanto, uma violência, uma agressão. A síntese consiste em refazer o todo, racionalmente, recolocando os objetos analisados numa nova estrutura. Se a racionalização da vida humana, na sociedade urbana esperada, compreende a produção racional do espaço do homem, então a Geografia é uma Ciência de Síntese.



PEDRO P. GEIGER

BIBLIOGRAFIA

- ACADEMIE DES SCIENCES DE L'URSS. *Essais de Géographie*, Moscou/Leningrado, 1956.
- ANDRADE, Manuel Correia. *Geografia, Ciência da Sociedade*, São Paulo, Atlas, 1987.
- AZEVEDO, Aroldo. Vilas e cidades do Brasil colonial. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP*, São Paulo, 1956.
- BACHELARDES, Gaston. *Epistemologie*, Paris, Press Universitaires de France, 1971.
- BERNARDES, Nilo. Características gerais da agricultura brasileira em meados do Século XX. *Revista Brasileira de Geografia* 23(2), 1961.
- BERRY, Brian. *Essays on commodity flows and the spatial structure of the indian economy*. Research Paper, Chicago, Departement of Geography. The University of Chicago, 1966.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: O Dilema brasileiro, pão ou aço*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1946.
- CLAVAL, Paul. *Essai sur l'évolution de la Géographie Humaine*. Paris, Les Belles Arte, 1964.
- . *La pensée Géographique*. Paris, SEDES, 1972.
- COSTA, Emília Viotti da. "História não é só memória". Caderno Idéias. *Jornal do Brasil* de 18-06-88.
- DAVIDOVICH, Fany R. Escalas da Urbanização: Uma perspectiva Geográfica do sistema urbano brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*, 40(1) 1978.
- DEFONTAINES, Pierre. Geografia humana do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, 1(1,2,3), 1939.
- FAISSOL, Speridião. A geografia na década de 80. Os velhos dilemas e as novas soluções. *Revista Brasileira de Geografia*, 49(3), 1987.

- GEIGER, Pedro P. *Evolução da rede urbana do Brasil*. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisas Educacionais, MEC, 1964.
- . *Evolução do pensamento geográfico brasileiro, perspectivas. Anais do 4º encontro nacional dos geógrafos*, AGB, 1981.
- . MESQUITA, Myriam. *Estudos rurais na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro, IBGE, 1956.
- GEORGE, Pierre. *La géographie active*. Presses Universitaires de France, 1964.
- GUIMARÃES, Fábio M. S. Divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, 3(2), 1941.
- HARTSHORNE, R. The nature of geography — a critical survey... *Annals of the American Association of Geographers*, v. 29, 1939.
- HARVEY, David. *Explanation in Geography*. Londres, Edward Arnold, 1969.
- HOLT, Jensen Arild. *Geography its history and concepts*. Totowa, New Jersey, Barnes e Nobles Books, 1980.
- GEOGRAFIA do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1977.
- KHUN, Thomas. *The structure of scientific revolution*. Chicago, University of Chicago Press, 1970.
- LACOSTE, Yves. Methode d'Analyse et reflexions de ensemble. *Herodote*, 1, 1976.
- . et alii. Pourquoi herodote? Crise de la géographie et géographie de la crise, *Herodote*, 1, 1976.
- LAMEGO, Alberto R. *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro, IBGE, 1945.
- LEFÈVRE, Henry. *Logique formelle, logique dialectique*. Paris, Editions Sociales, 1947.
- . *La révolution urbaine*. Paris, Editions Gallimard, 1970.
- . *La production de l'espace*. Paris, Anthropos, 1972.
- MATTOS, Dirceu L. de. O parque industrial paulista. *A cidade de São Paulo*. v. 3, Aroldo de Azevedo, coord. São Paulo, Ed. Nacional, 1958.
- MONBEIG, Pierre. *Pionniers et planteurs de São Paulo*, Paris. Colin, 1952.
- MORAES, Antonio Carlos R. *Geografia, pequena história crítica*, São Paulo, Hucitec, 1983.
- PEET, Richard. The development of radical geography in The United States. *Radical geography*. Maroufa Press. 1977.
- PRADO, Junior, Caio. Nova contribuição para o estudo geográfico da Cidade de São Paulo. *Estudos brasileiros*, 3(7), Rio de Janeiro, IBGE. 1949.
- RANGEL, Ignácio. *Economia milagre e anti-milagre*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1985.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo. Hucitec, 1978.
- SILVA, Moacyr. Geografia dos transportes no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, 1(2), 1939.
- SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Villeneuve e Co, 1860.
- VALLAUX, Camille. *Les sciences géographiques*, Paris, Félix Alcan, 1925.
- WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, 11(2), 1949.
- ZARUR, Jorge. *Precisão e aplicabilidade na Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, 1955.

RESUMO

O trabalho aborda a elaboração do conhecimento geográfico e a atuação de instituições geográficas brasileiras nos últimos 50 anos, período em que teve início a institucionalização da Geografia, como atividade regular e contínua, acadêmica e profissional. O propósito de refletir sobre o passado é o de ampliar o pensamento sobre o futuro.

A primeira parte compreende a análise da implantação de instituições e sua evolução. Na década de 30, surgiram:

— as Faculdades de Filosofia, nas quais foram criados Cursos de Geografia e História. Inicialmente, dedicaram-se fundamentalmente ao preparo de professores para o 2.º grau. A USP se adiantou como

centro de pós-graduação. Na fase da modernização, a partir dos anos 70, cresce o papel dos Departamentos de Geografia, como centros de pesquisa e pós-graduação;

— o IBGE, reunindo atividades estatísticas, cartográficas e geográficas. Inicialmente, sua Geografia deveria cumprir, em relação ao interior do país, papel aproximadamente semelhante ao que cumprira para a expansão dos países do centro no século passado. Nas primeiras fases da Instituição, prevaleceu a Geografia Física. À proporção que o País se urbaniza e se industrializa ascende a Geografia Humana, e o IBGE acaba inserido como peça de um sistema de planejamento econômico-social. A Geografia Física é integrada numa Superintendência de Recursos Naturais. Inicialmente, o IBGE era o principal foco acadêmico da Geografia, porta de entrada das inovações e seu difusor. Com a ascensão da universidade e o envolvimento crescente no planejamento, esta função se retraiu em termos relativos. Comissão Nacional da UGI e Seção Nacional do IPGH são tratadas nas suas ligações com o IBGE;

— a AGB é o órgão cultural de massa, onde instituições e correntes se enfrentavam. Desde os anos 70 passa por intensa politização, recentemente com excessivo posicionamento partidário da direção nacional, o que reduz o debate. Paralelamente, surgem novas formas de encontros acadêmicos, promovidos pelos centros de pós-graduação.

A segunda parte trata das correntes de pensamento vividas no Brasil, destacando:

— a linha vidalina, cuja postura naturalista e neutralista lhe fornecia o suporte político para se impor como escola hegemônica; ao rejeitar o determinismo grosseiro, introduzindo o possibilismo, na verdade substituiu o conceito de determinações históricas; pelo de determinações geográficas, o que, no fundo, é forma disfarçada de determinismo;

— atendendo a outras posições filosóficas, já desde os anos 40 se praticava uma geografia vinculada à Economia Política, que pretendia contribuir de forma explícita para a transição do Brasil agrário para um Brasil industrializado e urbanizado. Mais preocupada com a filosofia do que com a epistemologia, se fixou mais da economia nos espaços geográficos, do que nos processos da elaboração de estruturas espaciais, a não ser quanto ao processo regional. O desenvolvimento abriu espaço para a sua expansão, afirmando-se o caráter social da Geografia;

— para uma segunda fase de industrialização e urbanização, o Estado monta um vasto sistema de planejamento. Neste contexto se insere a Geografia Quantitativa, destinada a indicar os caminhos da difusão maior do capitalismo, a organização do território, como reflexo da maior organização dos aparelhos de administração e controle do Estado. Tratava-se do avanço do campo industrial no país, cuja maior complexidade valorizava o tratamento da variável espacial. A organização do espaço passa a ser o objeto do conhecimento da Geografia, que inicia a incorporação de preocupações epistemológicas. O caráter social da Geografia é reafirmado. Contudo, neopositivista, a Quantitativa, adequada para o momento político em que entra no país, não se ocupa do processo histórico. Os espaços são formados por determinismos econômicos, não se fala da formação social.

— o movimento de transição do campo industrial para o campo urbano, ou para a sociedade urbana, dá suporte às inquietudes e novas buscas da Geografia. Abrem-se as oportunidades para o desenvolvimento das Geografias Críticas, particularmente da Geografia Radical. Esta, negando a Quantitativa, resgata, porém integrando, a estruturação do espaço como objeto do conhecimento geográfico, considerando-a uma instância da formação social. Assim, volta à base filosófica da Geografia da Economia Política.

De certo modo, até o advento das chamadas correntes críticas, todas as escolas contribuíram para o avanço do conhecimento e para a transição do Brasil para o campo industrial, embora os compromissos de cada uma fossem com distintos segmentos da formação social.

De forma mais ou menos consciente, massas de população, setores organizados, instituições, inclusive oficiais, estão atuando para a transição à sociedade urbana. Não é fácil conceber o acabamento desta sociedade, mas já temos os indícios de que ela dará grande importância ao formato de seu espaço geográfico. Conseqüentemente, sem perder nunca uma postura crítica, cabe à Geografia participar das novas articulações que se estabelecem, inclusive na administração pública, para o advento da sociedade urbana.

Diante do exposto, a Geografia passa a ser uma Ciência Política. A análise consiste em destacar um objeto da totalidade a que pertence; a síntese consiste em refazer o todo, racionalmente, recolocando os objetos analisados. Se a racionalização da vida humana na sociedade urbana esperada compreende a produção racional do espaço do homem, então a Geografia é uma Ciência de Síntese.